



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA
Pró-reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP
Coordenadoria de Qualidade de Vida no trabalho - COQVT
Divisão de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho - DESMT

PROTOCOLO INSTITUCIONAL DE BIOSSEGURANÇA DA UFC

Grupo de Trabalho Responsável:

Prof. José Ademar Gondim Vasconcelos
Rodrigo do Nascimento Santos
Assessoria do Gabinete do Reitor

Prof. Marcus Vinícius Veras Machado
Pró-reitor de Gestão de Pessoas – PROGEP

Eduardo Raphael Santos Palheta
Superintendente de Infraestrutura e Gestão Ambiental

Ana Paula Oliveira de Carvalho
Coordenadoria de Qualidade de Vida no Trabalho – COQVT

Marioleide de Farias Xavier
Divisão de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho - DESMT

Igor Arcanjo Chaves
Divisão de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho - DESMT

Marcos Fábio Pinto Bandeira
Divisão de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho - DESMT

Alexia Aguiar de Moura Ferreira Gomes
Psicóloga - PROGEP

Roberta Queirós Viana Maia
Coordenadora de Planejamento e Gestão Estratégica – PROPLAD

Bruna Késsia Rodrigues da Silva Caetano
Técnica em Assuntos Educacionais - LABOMAR

CONSIDERANDO a declaração pública de pandemia em relação ao novo Coronavírus (COVID-19) pela Organização Mundial da Saúde – OMS, de 11 de março de 2020.

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da OMS, de 30 de janeiro de 2020.

CONSIDERANDO a Lei no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da situação de emergência em saúde pública decorrente da COVID-19.

CONSIDERANDO a Instrução Normativa no 21, de 17 de março de 2020, que altera a Instrução Normativa no 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 571, de 1º de julho de 2021, que prorroga o reconhecimento da ocorrência do estado de calamidade pública no Estado do Ceará até o dia 31 de dezembro de 2021.

CONSIDERANDO o DECRETO Nº 34.693, de 14 de abril de 2022, que dispõe sobre medidas de controle da COVID-19 no Estado do Ceará.

CONSIDERANDO o Protocolo Geral, disponibilizado pelo Governo do Estado do Ceará, atualizado em 11 de fevereiro de 2022.

CONSIDERANDO o Protocolo Setorial Atualizado - Retomada Das Atividades Escolares, disponibilizado pelo Governo do Estado do Ceará, atualizado em 22 de março de 2022.

CONSIDERANDO a Portaria nº 572, de 1º de julho de 2020, que instituiu Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino e dá outras providências.

CONSIDERANDO o Comunicado nº 01/2020, Organização do trabalho seguro em tempos de COVID-19, do Ministério da Economia.

CONSIDERANDO o Protocolo de retorno seguro ao trabalho presencial do Ministério da Economia, de 22 de junho de 2020.

CONSIDERANDO que, apesar do elevado potencial de virulência e de contaminação dos ambientes pela COVID-19, os servidores da Universidade Federal do Ceará foram contemplados com vacinação em ordem prioritária.

CONSIDERANDO que esta Instituição tem a necessidade de preservar a segurança e a saúde da comunidade acadêmica e de assegurar um clima de confiança e tranquilidade indispensável para o bom funcionamento da Universidade, é imperioso que sejam

observadas as recomendações e orientações detalhadas nos itens posteriores.

CONSIDERANDO a Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME Nº 36, de 5 de maio de 2022 que estabelece o retorno ao trabalho em modo presencial dos servidores e empregados públicos dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC.

CONSIDERANDO a priorização da vacinação de todos os profissionais da educação, inclusive da Universidade Federal do Ceará com a implementação Plano Nacional de Imunização para COVID-19, instituído a partir da Portaria nº 28 de 03 de setembro de 2020, da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde.

1. ORIENTAÇÕES GERAIS

- 1.1 Diante da diversidade dos ambientes laborais da Universidade, podem ser gerados protocolos visando atender as particularidades de cada ambiente e atendendo as medidas sanitárias previstas nos protocolos geral e setorial do Governo do Estado do Ceará.
- 1.2 O trabalho presencial deve obedecer às recomendações expedidas pelas autoridades sanitárias, e, em especial as determinações oriundas da Administração Superior da Universidade Federal do Ceará, compiladas no presente Protocolo Institucional.
- 1.3 Os serviços de atendimento ao público deverão ser realizados mantendo-se o distanciamento entre o atendente e o cidadão, com a utilização dos devidos elementos de proteção ou barreiras, quando necessário, de maneira a evitar aglomerações e, sempre que possível, estabelecer sistema de agendamento prévio.
- 1.4 Implementar medidas para evitar aglomerações, conforme previsto no protocolo geral e setorial do Governo do Estado do Ceará.
- 1.5 Em relação às ações de limpeza e desinfecção de ambientes, recomenda-se o reforço e a adequação dos protocolos de limpeza e de desinfecção de ambientes e superfícies pelas empresas responsáveis por estas atividades, segundo as diretrizes do Ministério da Saúde, OMS (Organização Mundial da Saúde), ANVISA e demais órgãos de saúde.
- 1.6 Seguindo as normas do Governo Estadual, além dos ambientes abertos, deixa também de ser obrigatório o uso de máscaras de proteção em ambientes fechados, à exceção do transporte coletivo, seus locais de acesso e dos equipamentos de saúde, tais como hospitais, clínicas médicas e odontológicas.
 - 1.6.1. Fica recomendado o uso de máscaras por idosos, pessoas com comorbidades ou que estejam com sintomas gripais.

1.7 Devem-se observar adicionalmente as seguintes medidas:

- i. As atividades poderão ser desenvolvidas em ambientes abertos, favoráveis à reciclagem do ar, além do que deverão ^{Protocolo} respeitar o distanciamento, os limites de ocupação e as demais medidas sanitárias previstas em protocolo geral e setorial do Governo do Estado do Ceará.
- ii. Uso de álcool 70%, disponibilizado pela Universidade em dispensadores, dando preferência aos ambientes onde houver maior circulação de pessoas.
- iii. Uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando necessário, por servidores e colaboradores terceirizados.
- iv. Manter os ambientes arejados por ventilação natural (portas e janelas abertas), sempre que possível. Se for necessário usar sistema climatizado, entretanto, devem ser mantidos limpos os componentes do sistema de climatização (bandejas, serpentinas, umidificadores, ventiladores e dutos), de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde humana e manter a qualidade interna do ar.
- v. Estabelecimento de horários específicos para os atendimentos e práticas de atos presenciais para evitar aglomeração de pessoas e respeitar o distanciamento, os limites de ocupação e as demais medidas sanitárias previstas nos decretos e protocolos do Governo do Estado do Ceará.
- vi. A critério das chefias imediatas, as reuniões poderão ser realizadas por videoconferência.

1.8 Nos casos em que houver necessidade de utilização de Equipamento de Proteção Individual - EPI, a UFC deve fornecê-los aos servidores e deve exigir que as empresas contratadas os forneçam aos colaboradores terceirizados.

1.9 A avaliação a respeito da necessidade de utilização do EPI será realizada pela Divisão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (DESMT/COQVT/PROGEP) de forma criteriosa e levará em consideração os riscos existentes nas atividades realizadas e no ambiente de trabalho.

1.10 Os servidores e colaboradores terceirizados serão orientados, por seus respectivos empregadores, quanto ao uso, higienização e descarte correto dos EPI (quando forem descartáveis).

1.11 Em relação aos bebedouros, os sistemas de torneiras com jato de água serão lacrados ou removidos.

1.12 Os elevadores devem operar sempre com um terço de sua capacidade total, realizando a higienização frequente dos botões de acionamento, conforme previsto em protocolo geral e setorial do Governo do Estado do Ceará. Deve-se evitar falar dentro dos elevadores e encostar nas paredes. Higienizar as mãos logo após tocar nos botões e na porta do elevador.

2. PRÁTICAS DE HIGIENE E CONDUTA

- 2.1 As mãos devem ser lavadas com frequência com água limpa e sabão por pelo menos 20 segundos, enxaguadas e secas adequadamente com papel toalha.
- 2.2 Não é permitido o uso de toalhas de tecidos.
- 2.3 A utilização de álcool em gel 70% pode substituir a higienização das mãos com água e sabão quando elas não estiverem visivelmente sujas.
- 2.4 Deve-se higienizar as mãos:
- i. Antes e depois dos turnos de trabalho;
 - ii. Antes e depois dos intervalos de trabalho;
 - iii. Depois de assoar o nariz, tossir ou espirrar;
 - iv. Depois de usar o banheiro;
 - v. Antes de comer ou preparar comida;
 - vi. Depois de colocar, tocar ou remover as máscaras; e
 - vii. Após o acionamento de elevadores, contato com balcões, corrimãos, maçanetas, telefones, dentre outros pontos de grande contato.
- 2.5 Os servidores deverão manter seus espaços de trabalho limpos e arrumados. Deve-se utilizar lenços de papel, álcool 70% fornecidos pela Universidade para higienização das superfícies, como mesas, cadeiras, objetos etc.
- 2.6 Os banheiros serão higienizados, devendo os usuários tomarem medidas de segurança que diminuam o risco de contaminação (por exemplo: acionamento da descarga com tampa fechada, evitar aglomeração e conversas, manter a porta de entrada aberta sempre que possível).
- 2.7 Em relação aos ambientes destinados às refeições, deve-se evitar o compartilhamento de objetos como talheres, pratos, copos, dentre outros.
- 2.8 Evitar tocar o rosto, especialmente olhos, boca e nariz. Em caso de higienização, utilizar lenços descartáveis.

3. ATIVIDADES DE CONSCIENTIZAÇÃO

- 3.1 A Universidade realizará campanhas de comunicação visando à conscientização e a orientação da comunidade acadêmica, acerca das medidas de prevenção da contaminação por COVID-19.

4. MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO PRESENCIAL

- 4.1 As chefias imediatas devem incentivar que os servidores e colaboradores terceirizados procurem assistência médica em caso de febre e/ou sintomas respiratórios.

- 4.20 servidor com sintomas compatíveis com síndromes respiratórias deverá entrar com processo na CPASE requerendo licença médica para tratamento de saúde.
- 4.30 colaborador terceirizado com sintomas compatíveis com síndromes respiratórias deverá procurar o serviço médico da sua empresa.
- 4.4 Este protocolo não exaure as medidas de segurança cabíveis a todos os setores desta Universidade, os quais devem, ainda, atender as demais medidas regulatórias estabelecidas pelas autoridades sanitárias locais.